



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ – 18.668.376/0001-34

01. Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto ao uso do sinal indicativo de crase:

- a) Fomos à audiência na sexta-feira.
- b) Fui à secretaria para fazer carga dos processos.
- c) Vamos à pé porque é perto.
- d) Vou à Bahia passar férias.

02. Assinale a alternativa correta quanto à pontuação:

- a) Nos autos, em análise fora exaurida a busca, por outros bens e, a Agravada não ofertou nenhum bem suficiente à penhora - nem mesmo manifestou-se para realização do parcelamento, administrativo do débito.
- b) Nos autos em análise fora, exaurida a busca por outros bens. E a Agravada não ofertou, nenhum bem, suficiente à penhora, nem mesmo manifestou-se para realização do parcelamento administrativo do débito.
- c) Nos autos em análise fora exaurida a busca por outros bens, e a Agravada não ofertou nenhum, bem suficiente, à penhora nem mesmo manifestou-se para realização, do parcelamento administrativo do débito.
- d) Nos autos em análise, fora exaurida a busca por outros bens e a Agravada não ofertou nenhum bem suficiente à penhora, nem mesmo manifestou-se para realização do parcelamento administrativo do débito.

03. Assinale a alternativa que apresenta correção gramatical:

- a) As prova de direito civil estava muito difíceis.
- b) Os memorandos com o assunto de direito à saúde estava arquivadas na pasta certa.
- c) A Procuradoria Geral do Município solicita informações sobre o fornecimento de medicamentos decorrentes de ordens judiciais.
- d) O arquivo com os documentos de 2017 estavam guardados em outra sala.

04. Assinale a alternativa que apresenta **ERRO** de concordância:

- a) O advogado não compareceu à audiência.
- b) Os processos foram respondido dentro do prazo estabelecido pelo juízo.
- c) A petição está muito bem fundamentada.
- d) O parecer foi entregue com cópia de todos os documentos a que fez referência.

05. Assinale a alternativa que preenche corretamente o trecho da obra de José dos Santos Carvalho Filho:

“Não poderia a lei deixar ao exclusivo critério do administrador a escolha das pessoas a serem contratadas, porque, fácil é prever, essa liberdade daria margem a escolhas impróprias, ou mesmo a concertos escusos entre alguns administradores públicos inescrupulosos e particulares, com o que prejudicada, em última análise, seria a Administração Pública, gestora dos interesses coletivos. A _____ veio contornar esses riscos.”

- a) Licitação;
- b) Concessão de serviço público;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ – 18.668.376/0001-34

c) Licença;

d) Publicidade.

06. Assinale a alternativa que **CORRETAMENTE** indica um dos direitos e garantias fundamentais previstos no art. 5º da Constituição Federal:

- a) é livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.
- b) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.
- c) conceder-se-á *habeas corpus* para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- d) o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.

07. Considerando as disposições da Constituição Federal sobre a Organização do Estado, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A Prefeitura é um ente federativo dotado de autonomia.
- b) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios recusar fé aos documentos públicos.
- c) Os Municípios regem-se por Lei Orgânica.
- d) Compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local.

08. Sobre os Princípios Fundamentais da República Federativa do Brasil, previstos nos arts. 1º ao 4º da Constituição Federal, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A dignidade da pessoa humana é um dos seus fundamentos.
- b) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- c) A solução pacífica dos conflitos não é um de seus princípios nas relações internacionais.
- d) Garantir o desenvolvimento nacional é um de seus objetivos fundamentais.

09. O art. 4º, parágrafo único, da Lei 8.666/93 estabelece o seguinte: “O procedimento licitatório previsto nesta lei caracteriza ato administrativo formal, seja ele praticado em qualquer esfera da Administração Pública.” Referida disposição legal pode ser relacionada diretamente a qual princípio?

- a) julgamento objetivo;
- b) probidade administrativa;
- c) eficiência;
- d) procedimento formal.

10. O inciso I do art. 37 da Constituição Federal determina o seguinte: “I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei;” Referido inciso reflete diretamente a aplicação de qual dos princípios expressos no texto constitucional?

- a) eficiência;
- b) impessoalidade;
- c) publicidade;
- d) probidade administrativa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ – 18.668.376/0001-34

11. O art. 11 do CPC estabelece que “Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade”. Referido dispositivo é vertente de qual princípio?

- a) cooperação processual;
- b) boa-fé objetiva;
- c) inafastabilidade do controle jurisdicional;
- d) publicidade dos atos processuais.

12. No excerto: “O princípio objetiva a igualdade de tratamento que a Administração deve dispensar aos administrados que se encontrem em idêntica situação jurídica”, José dos Santos Carvalho Filho está referindo a qual princípio?

- a) Legalidade;
- b) Impessoalidade;
- c) Moralidade;
- d) Publicidade

13. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

- a) os menores de 16 (dezesesseis) anos;
- b) os ébrios habituais e os viciados em tóxico;
- c) os pródigos;
- d) os indígenas.

14. Assinale a alternativa que indica um bem móvel:

- a) os direitos reais sobre imóveis e as ações que os asseguram;
- b) o direito à sucessão aberta;
- c) as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.
- d) os materiais separados de um prédio que não serão nele reempregados.

15. A sede da Prefeitura é considerada um bem:

- a) público de uso comum do povo;
- b) público de uso especial;
- c) público dominical;
- d) privado.

16. O art. 183, *caput*, do Código de Processo Civil determina “A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.” Referida disposição é reflexo:

- a) do princípio da isonomia, uma vez que a Fazenda Pública defende o interesse público e não tem as mesmas condições que o particular para defender seus interesses em juízo;
- b) de privilégio que foi meramente previsto em diploma processual por tradição (costume);
- c) de violação do princípio da paridade de armas, uma vez que o prazo em dobro da Fazenda Pública causa prejuízo ao particular;
- d) do princípio da inafastabilidade de jurisdição, uma vez que não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ – 18.668.376/0001-34

17. Sobre as normais fundamentais do Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei.
- b) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, excluída a atividade satisfativa.
- c) Apenas as partes envolvidas no processo devem comportar-se de acordo com a boa-fé.
- d) O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, exceto quando se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

18. Assinale a alternativa que **NÃO** corresponde a matéria de intervenção obrigatória do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica:

- a) interesse público ou social;
- b) interesse de incapaz;
- c) interesse da Fazenda Pública;
- d) litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

19. Pedro pretende candidatar-se a vereador no Município em que mora. Considerando essa situação, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Pedro poderá se candidatar mesmo se for inalistável.
- b) Pedro só poderá se candidatar se tiver mais de vinte e um anos.
- c) Pedro não poderá se candidatar se for maior de setenta anos.
- d) Pedro só poderá se candidatar se tiver nacionalidade brasileira.

20. São pessoas jurídicas de direito público interno, **EXCETO**:

- a) os Municípios;
- b) a União;
- c) os partidos políticos;
- d) as autarquias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE BELO ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ – 18.668.376/0001-34

FOLHA DE RESPOSTAS:

Nome completo: _____

INSTRUÇÕES:

1. Marque apenas uma resposta por questão. Mais de uma resposta anula a questão.
2. Não deixe questões sem resposta.
3. Evite rasura.
4. A alternativa escolhida pode ser marcada com um “x” no campo próprio.
5. Serão consideradas apenas as marcações efetuadas no gabarito oficial desta folha, desconsiderando-se quaisquer rasuras ou anotações realizadas pelo candidato na prova anexa.

QUESTÃO	A	B	C	D
01				
02				
03				
04				
05				
06				
07				
08				
09				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				